

Pensar *desde* a América Latina: em defesa das epistemologias do Sul*

Suze Piza**

Resumo

O artigo trata dos limites e da extensão da produção de conhecimento na América Latina tal como tem sido praticada na maior parte das instituições de nosso continente. Partindo do questionamento das bases epistemológicas consideradas *universais*, propõe-se a quem se pretende pesquisador/a nas Humanidades uma tomada de posição radical pelas Epistemologias do Sul para que seja produção de um conhecimento situado com sentido geográfico, histórico e ético nas mais diversas áreas do conhecimento.

Palavras-chave: América Latina. Conhecimento. Epistemologias do Sul.

A produção de conhecimento na Filosofia e nas ciências humanas precisa ser pensada. É necessário reconsiderar as bases epistemológicas que fundam nosso pensamento sobre o mundo e, sobretudo, os conceitos que formam a semântica pela qual temos pensado e pela qual nos compreendemos como pessoas, como sociedade e como intelectuais. Existe todo um caminho a percorrer para a construção de uma Filosofia e

Abstract

The article deals with the limits and extent of the production of knowledge in Latin America as it has been practiced in most institutions of our continent. Starting from the questioning of the epistemological bases considered universal, it is proposed to the one who seeks in the Humanities a radical positioning by the Epistemologies of the South so that it is the production of a knowledge situated with a geographical, historical and ethical sense in the most diverse areas of the knowledge.

Keywords: Latin America. Knowledge. Epistemologies of the South.

de uma ciência humana contemporâneas verdadeiramente críticas e que sejam fundadas em outro terreno que não o do preconceito travestido de evidência filosófica e científica. Nossos currículos nas escolas de educação básica e nas universidades, com raras exceções, reproduzem teorias do passado como se fossem teorias do presente, e de forma, muitas vezes, acrítica. A maioria das grandes teorias estudadas nas

* Data de recebimento: 21/11/2017.

** Suze Piza é filósofa, professora no Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal do ABC (UFABC), na linha de Ética e pensamento político. Doutora em Filosofia pela Unicamp, organizadora da obra *Subjetividade e ética na América Latina*, publicada pela Editora Nova Harmonia.

mais diversas áreas das Humanidades foi produzida em outros contextos histórico-geográfico-culturais sendo, consequentemente, *deslocada* de nossos problemas. Quando isso ocorre, as teorias muitas vezes acabam por legitimar aquilo que deveriam denunciar.

As bases epistemológicas usadas ao longo dos últimos séculos na América Latina foram tomadas por nossos intelectuais como bases universais. A produção teórica europeia e a produção teórica latino-americana europeizada¹ partiram do pressuposto de que o que se diz na Europa, e mais recentemente nos Estados Unidos, se refere ao humano universal, a todos os humanos e, portanto, diria respeito a nós também. Muitos dos textos e obras que são ensinados e repetidos em nossas instituições escolares têm como única garantia de genialidade e contribuição filosófica ou científica o fato de seus autores terem nascido em continentes que têm a prerrogativa de produzir conhecimento sobre o mundo. Seja na Filosofia, na Sociologia, na História, na Antropologia, na Psicologia, na Psicanálise, nos vemos cercados por teorias que só são estudadas e reestudadas pois foram produzidas em determinado território.²

A genialidade de muitos teóricos da Filosofia e das ciências humanas está apenas na sua certidão de nascimento, essas teses têm seguido entre nós sem crítica e os grandes mitos fundadores de nossas sociedades latino-americanas (presentes em grande parte dessas teorias clássicas do mundo antigo ou da chamada modernidade) são reforçados década a década. Apenas a título de exem-

plo, Jessé de Souza, sociólogo brasileiro, tem se empenhado em evidenciar o quanto a distinção entre povos racionais (ou do espírito – europeus) *versus* povos passionais (ou do corpo – africanos, latino-americanos) é base de um dos grandes mitos fundadores do Brasil e um grande farsa inventada por uns e repetidas por muitos, com grande prejuízo para a leitura que fazemos de nossa sociedade, a qual reverbera até hoje.

O papel dos mitos fundadores sempre foi criar identidade, criar elos e construir sociedades e nações, mesmo se criados com base em fantasias – o importante nunca é que eles sejam verdadeiros, e sim que o povo ao qual eles se referem acredite neles e os reproduza *como verdade*. A visão que temos de nós mesmos está aí fundada e é ponto de partida para nosso conhecimento sobre o mundo. Esse ponto de partida não é do senso comum, como apregoa quem atua nas Humanidades, e sim também dos filósofos e dos cientistas das ciências humanas.

Em que os filósofos brasileiros têm acreditado? Em que quem produz ciência humana no Brasil tem acreditado? Quais são os mitos que sustentam a visão que temos de nós mesmos? Por que teorias das Humanidades que nos desfavorecem como povo e limitam nossa capacidade de compreender nosso mundo continuam a ser reproduzidas sistematicamente por nós? Essas questões precisam ser enfrentadas, precisamos questionar nossos pressupostos. Defendo que parte significativa dos trabalhos produzidos hoje por nós reflète a pobreza espiritual que temos dentro das universidades, e tal pobreza é oriunda

1 Aquela que é produzida na América Latina com pressupostos, teses e conteúdo estrangeiro, europeu ou estadunidense.

2 Se parte dessas teorias sobre o "humano" se tivesse sido produzida na África ou na América Latina seria motivo de escárnio.

da mesma pobreza que temos no que chamamos de *espaço público*.

Não há crítica verdadeira das bases epistemológicas que nos orientam, as críticas empreendidas por nós estão sempre dentro dessas bases, o que nos leva ao máximo a ser vanguarda. Em última instância, continuamos dentro do mesmo modelo de pensamento inócuo. A mudança desse estado de coisas exige uma reconstrução das matrizes institucionais que nos orientam todos os dias e que modelam nosso pensamento. Meu objetivo neste texto é problematizar esse contexto epistemológico em que estamos inseridos e propor uma tomada de posição dos(as) pesquisadores(as) a favor de epistemologias situadas.

Pensar desde e não apenas na América Latina

Pensar na América Latina não é suficiente para superar o estupor teórico e prático em que nos encontramos, pois há muito conhecimento produzido na América Latina. É necessário pensar desde a América Latina, promover um pensar que tenha sentido para nós, que contribua para que vivamos melhor e para que possamos superar o que nos torna social, econômica e culturalmente subalternos em relação a outros povos e em relação a nós mesmos. A proposta de um pensar desde é a de um pensar original – o que não significa pensar o que ninguém nunca pensou ou ainda usar a produção teórica como produto de inovação, novidade: o pensar original é o pensar

a partir de e desde nossas origens. Ser original, em suma, é tratar daquilo que nos diz respeito como povo.

Apesar de ter como foco a produção do conhecimento nas Humanidades, quero chamar atenção em especial para uma delas, a Filosofia, até porque não há nenhuma das Humanidades que prescindia dela na sua produção de uma ou outra maneira. Há uma obra pouco conhecida (e, quando conhecida, nada reconhecida) no mundo da Filosofia no Brasil que será trazida aqui por mim para iniciar a reflexão sobre reprodução sem crítica de teorias no Brasil. Roberto Gomes, filósofo e escritor, escreveu um livro que faz uma crítica ostensiva à falta de personalidade e originalidade dos filósofos no Brasil.³ Trata-se da obra *Crítica da razão tupiquim*. Esse texto, já em sua 12ª edição, mas demasiadamente desconhecido no meio filosófico, faz de maneira bem-humorada uma leitura do tipo de racionalidade (filosófica?) que há *entre-nós*.

Examinando nossa razão tupiniquim, Roberto Gomes (1990) caracterizará nossa razão como afirmativa, ornamental, dependente e deslocada. O filósofo invoca, em muitos momentos, Mario de Andrade, por motivos óbvios (*o passado é lição para se meditar não para reproduzir*). Não entraremos aqui em uma das discussões mais fundamentais da obra, que é a relação entre Filosofia e cultura, queremos apenas chamar a atenção para a caracterização dessa razão brasileira, para talvez compreender o atual estado de coisas em torno da mera reprodução e de uma infundável produção de comentários filosóficos em nossas universidades.

3 A crítica pode ser facilmente estendida às ciências humanas.

Roberto Gomes fala em uma *Razão afirmativa*, pois contrariando toda a história da Filosofia, em que filósofos negam uns aos outros – negam seus mestres e negam, portanto, o passado –, os filósofos brasileiros ocupam basicamente seu tempo com a afirmação das teorias já desenvolvidas e, normalmente, afirmando as interpretações mais correntes dessas filosofias. Interpretações não esperadas, não pensadas ou que ultrapassam muito o limite do comentário são consideradas errôneas e acusadas, muitas vezes, de não representar a Filosofia em questão. Quando é escutada, essa interpretação ousada passará a vida em um tribunal de justificativas e defesas.

Alerta Roberto Gomes,

Antes de mais nada, Sócrates diz não a tudo que o precede, como Tales havia dito não as cosmogonias e como Platão dirá não a Sócrates – encontrando em Aristóteles aquele que lhe diz o contrário [...] qualquer momento criador foi na origem uma negação [...]. Há uma condição para esse não. A crítica é algo para ser assumido, é uma posição do espírito. (1990, p. 31).

Na mesma linha de avaliação de Roberto Gomes, a obra *Diário de um filósofo no Brasil*, do filósofo Julio Cabrera, afirma que o hábito de repetição de teorias não foi herdado dos europeus, afinal:

Seja o que for, entretanto, que pensarmos das produções filosóficas vindas da Europa, elas se caracterizam sempre pela sua atitude de fazer Filosofia por intermédio das próprias forças reflexivas num veio autoral, e não

de mera cópia. Especificamente no período moderno, filósofos europeus como Descartes, Kant, Schopenhauer, Nietzsche e Heidegger, entre muitos outros, acentuaram veementemente este caráter pessoal e próprio do ato de pensar. A Filosofia europeia é resultado de uma grande coragem existencial, de um poderoso ato de vontade criadora. (2013, p. 214).

Tanto Roberto Gomes quanto Julio Cabrera concordam com o fato de que a Filosofia deveria estar ligada à criação de algo e não apenas à reprodução ou cópia do que já existe. A natureza da modernidade está intimamente ligada ao uso do próprio intelecto. E isso exige certa independência do intelecto do outro.

A chamada razão tupiniquim é também *Razão ornamental*. Parece, por vezes, que os conceitos e teorias servem apenas de ornamento para o intelectual, sem função para o conhecimento ou para a ação ou com função nefasta de justificar determinados interesses. É *Razão dependente*, pois sempre reproduz a matriz europeia, recentemente a estadunidense, e ainda repete os autores mais consagrados dessas culturas. A própria noção de pesquisa no Brasil passa muitas vezes por elencar quem disse o que, incluindo a bibliografia secundária sobre os temas, não como forma de avançar no conhecimento, mas de mostrar que se sabe, fazer uma revisão do que foi dito. Inúmeras vezes isso não passa de simples catalogação e inventário, não se faz a revisão de literatura para ir além e dizer aquilo que ainda não foi dito, ou para pensar a partir dali, e sim porque temos de fazer, mostrar que sabemos.

Por fim, é uma *Razão deslocada*. Sabemos que pensamentos do passado podem ter vigência em qualquer tempo. Sabemos que problemas do passado também podem ser problemas do nosso tempo. Mas, quanto de produção filosófica no Brasil trata daquilo que não tem mais lugar no tempo e, principalmente, nenhuma vinculação com nosso espaço? São filosofias que não nos pertencem. Uma razão com posição bem definida, localizada ou ainda situada, sabe o que trazer à tona em um dado momento – e esse não parece ser o nosso caso. Os discursos são trazidos e, com eles, as verdades contidas neles sem justificativa, e parecem se bastar a si mesmos.

Com todas as características levantadas por Gomes delinea-se a denúncia da insistente produção de comentários filosóficos, sociológicos, antropológicos... E a constatação mais importante é perceber o fato que ainda não conseguimos superar: o comentário filosófico ou das ciências humanas é entendido por nós como um longo caminho para a autonomia. Não se pergunta até que ponto essa prática não nos desvia dela. O hábito de dizer o que o outro diz como prática filosófica ou científica nos aproxima ou nos distancia de toda e qualquer autonomia ou de pensar por nós mesmos? Nossa relação com a tradição do pensamento é precária, não temos conseguido sequer *pensar com* os referenciais que escolhemos; aos poucos que se aventuram em ir além restam o sofrimento da recusa da academia e a falta de reconhecimento de sua produção.

Esse tema também foi discutido por Julio Cabrera, em sua obra *Diários de um filósofo no Brasil*:

Teríamos assim, na atual situação de institucionalização da Filosofia brasileira, pelo menos dois tipos de textos filosóficos e suas nuances e casos intermediários – 1) os textos-comentário (marcadamente históricos e exegéticos, de exposição do pensamento de autores europeus; 2) os textos do pensamento-com (quando os autores europeus são trazidos à tona dentro de um processo de pensamento próprio) que poderíamos chamar talvez de reflexão acompanhada ou texto acompanhado. A existência desse tipo de texto justificaria dizer que não é verdade que a totalidade da produção filosófica institucional vai contra a concepção filosófica europeia de um filosofar autônomo.⁴ (CABRERA, 2010, p. 226).

A discussão sobre a produção de Filosofia no Brasil (que tem já uma tradição que remonta a filósofos latino-americanos como S. Bondy, L. Zea e E. Dussel) entra em uma questão mais complexa e profunda. O que motivaria a reprodução de Filosofia na América Latina? Temos uma Filosofia original? Podemos ter? O que seria isso? Recentemente se inserem de maneira análoga nessa tradição os trabalhos do sociólogo Jessé de Souza⁵ que, de outra forma, e em especial na Sociologia, questiona nossa reprodução sem crítica de teorias estrangeiras e mesmo de teorias brasileiras que foram forjadas com pensamento europeu em forma e conteúdo.

Muitos filósofos se dedicaram a pensar essa questão em nosso continente. Chama-

4 No livro, Cabrera destaca, além de Kant, outros autores que indicam claramente a preocupação com o filosofar autoral e autêntico.

5 Ver *A tolice da inteligência brasileira*.

rei a atenção para um debate clássico de dois filósofos de suma importância para essa discussão: S. Bondy e L. Zea. Ambos tratam da questão da produção de Filosofia e nos oferecem uma perspectiva para se pensar a originalidade. Apresentamos abaixo a discussão central desse debate, ainda pouco conhecido, que nos serve para contextualizar o problema de pensar desde a América Latina.

Os dois autores, Bondy e Zea, tratam das mesmas questões: “*Si há habido o no una filosofía de nuestra América, en caso de respuesta negativa si podría haberla y bajo qué condiciones y, por último, hasta qué punto tiene sentido y valor tomar como tema u objeto privilegiado de atención la realidad latinoamericana*”. Essas questões são tratadas respectivamente nas obras *Existe una filosofía de nuestra América?* (BONDY, 1998) e *La filosofía americana como filosofía sin más* (ZEA, 1975).

Salazar Bondy responde à primeira pergunta afirmando a não existência de uma Filosofia hispano-americana pelo fato de que o que tem ocorrido historicamente é apenas repetição (o que estamos chamando aqui de reprodução de teorias). Quanto à segunda pergunta, Salazar Bondy afirma a necessidade de romper com o sistema de dependência e subdesenvolvimento a que estão subjugados os países hispano-americanos como única condição para se produzir um pensamento libertado e libertador. Há, portanto, uma dependência da libertação econômica para que haja uma libertação filosófica ou teórica.

A tese de Bondy é acompanhada por outros filósofos que defendem que uma série de circunstâncias históricas, como o fato

de termos sido colonizados, dentre outras situações, foi decisiva para a criação desse hábito. A colonização, como afirma Dussel, colonizou nosso “mundo da vida” e, conseqüentemente, orientou nossa percepção e constituiu nosso imaginário.⁶ Talvez esse fato por si só justificasse a relação que temos com o europeu (ou o estadunidense), que muitas vezes parece de pura subserviência epistemológica: um verdadeiro complexo de vira-lata.

Leopoldo Zea concebe a Filosofia latino-americana como uma Antropologia que se desenvolveu progressivamente tematizando a questão do ser do homem americano e uma Filosofia da história e da cultura. A Filosofia é original e autêntica para ele quando tem vinculação com a nossa origem e trata de nossos problemas. Mesmo não sendo uma Filosofia produzida no solo em que esses problemas estão, é, portanto, possível uma apropriação de filosofias de outros povos e ainda ser original.

E. Dussel é outro caso que merece atenção nessa discussão, por ser um filósofo de produção incansável sobre a libertação, tanto em uma dimensão econômica (libertação da condição econômica de submissão a outros povos), quanto epistemológica (libertação da Filosofia e das ciências humanas do eurocentrismo).⁷ Em um conjunto de conferências publicadas na obra *1492: o encobrimento do outro – a origem do mito da modernidade*, publicada no Brasil em 1993, Dussel trata da conquista à colonização do mundo da vida (*Lebenswelt*). Apropriando-se do conceito husserliano de mundo da vida, Dussel vai aplicá-lo à compreensão do fenômeno da colonização da América

⁶ Em *1492 o encobrimento do outro*.

⁷ Boaventura de Sousa Santos tem trazido a tese de que deve haver uma Epistemologia do Sul.

[Latina] e fará uma reflexão fantástica que leva o conceito de descobrimento a um tratamento mais adequado: o de *encobrimento* do outro. Segundo Dussel, processos de colonização não dominam apenas o espaço, o tempo, a geografia e a história, portanto, nem apenas a cultura com o domínio da língua e da religião de um povo; a colonização é também uma colonização do mundo da vida dos sujeitos, da somatória dos sentidos e, por conseguinte, da percepção e do imaginário dos mesmos.

Segundo Dussel,

Colonização do mundo da vida não é aqui uma metáfora. A palavra tem sentido forte, histórico, real [...]. A colonização da vida cotidiana do nativo, do escravo africano depois, foi o primeiro processo “europeu” de “modernização” de civilização, de subsumir (ou alienar) o Outro como si mesmo [...]. É o começo da domesticação, estruturação, colonização do “modo” como aquelas pessoas viviam e reproduziam a vida humana. Sobre o efeito daquela “colonização” do mundo da vida se construirá a América Latina posterior. (1993, p. 43).⁸

Partindo desse princípio, uma série de mecanismos sociais presentes em nosso continente, dentre eles os que produzem alienação em massa, poderia também estar entre os motivos do nosso pensamento nacional ser o que é ou ainda *não ser*. Isto

é, pode haver motivos sociais (ou mais particularmente institucionais) que levam a maioria dos intelectuais apenas a reproduzir pensamentos elaborados por outro e nem sequer *pensar junto*.

Não é incomum encontrar nos opositores da produção de conhecimento entre nós aqueles que questionam a capacidade racional do brasileiro, afinal, a atividade de pensar é cansativa, exige uma grande capacidade de abstração, e nós, brasileiros, seríamos mais familiarizados com a imagem do que com o conceito, seríamos mais vinculados à intuição que à inteligência e mais emocionais que racionais. Esse pressuposto epistêmico, ao forjar essa visão sobre nós, sustenta sem crítica nenhuma as teorias que foram produzidas acerca de nós. A tese de fundo dessa caracterização emocional da nossa gente resulta no fato de que aqui não poderia haver um Platão ou um Kant, um Marx ou um Bourdieu; no limite disso está a tese de que haveria um limite racional da língua portuguesa.

A obra *Conversas com filósofos brasileiros*, talvez uma das poucas que trata do tema da produção de Filosofia no Brasil e que tenha tido alguma recepção na academia, indica um pouco de como essa questão é tratada *entre nós*. O conceito de Filosofia Nacional, ou Filosofia brasileira, é rejeitado pela maioria dos entrevistados, afinal a Filosofia é tomada como *universal*. Tema controverso, pois não há rejeição necessária da expressão Filosofia francesa ou Filosofia alemã.⁹

8 Dussel usa os conceitos de Husserl, como mundo da vida, intencionalidade, percepção, imaginário, sentido, sem, no entanto, reproduzir Husserl. Considera esses conceitos para pensar algo que Husserl não pensou, nem poderia pensar.

9 Ninguém se surpreende quando essas expressões aparecem nos corredores das bibliotecas, na catalogação dos livros e ainda mais nos nossos congressos de Filosofia. O estranhamento vem quando se intenta que a Filosofia latino-americana ou brasileira seja chamada, é aí que volta o conceito de universalidade.

Por vezes, no discurso (e podemos ver isso em parte das entrevistas que compõem o livro), fala-se que não existe Filosofia regional; no entanto, sabemos que, no mundo da Filosofia, essas Filosofias existem, assim como nas Ciências Humanas. Ninguém se surpreenderá se for identificado como fazendo Filosofia alemã, grega ou francesa, não se chama a universalidade para colocá-las no seu devido lugar. Marilena Chauí, em sua entrevista para a construção da obra *Conversa com filósofos brasileiros*, responde à questão que foi feita a todos os entrevistados: *Seria possível falar de uma “Filosofia brasileira”? Como você vê a relação entre Filosofia e a cultura brasileira?* E afirma,

Com relação a essa questão, faço minhas as palavras do professor Lívio Teixeira. Quando a revista *Aut Aut* fez um número dedicado ao tema “Filosofia no Brasil”, perguntaram-lhe sobre a existência de uma Filosofia brasileira. Ele disse que preferia falar em “contribuições brasileiras à Filosofia”. Esta demarcação me parece muito boa, me parece preferível a falar em uma Filosofia brasileira. (NOBRE; REGO, 2000, p. 309).

A descida de degrau de uma discussão sobre produção de Filosofia autêntica ou originalmente brasileira para a *contribuição brasileira à Filosofia*, que se pretende universal, parece incomodar menos. Ainda assim, gostaríamos de chamar a atenção para o fato de que a questão da produção continua em voga, ou seja, podemos compreender aqueles que não querem entrar

na tarefa de uma produção filosófica que tenha a ver com a nossa origem, como diria L. Zea, mas, devemos perguntar: é possível, mesmo no nível da contribuição à uma Filosofia universal, pensar em *contribuição* sem pensar em *produção filosófica* desde o nosso continente? E se a Filosofia não faz isso e dá fundamentação teórica para tantas ciências, como fica a produção de conhecimento em nosso continente?

Mesmo que no âmbito da contribuição precisemos pensar com que realmente poderíamos contribuir, poderíamos contribuir com a tarefa de explicar e comentar o autor? Textos que serão usados com ressalva e sempre acompanhados com a orientação do professor de que precisamos lidar com o próprio autor e no original.¹⁰ Não tenho dúvida que *entre nós* há muitos intelectuais que não se contentam com essa tarefa de repetir o já dito e se aventuram em reflexões próprias, cada um à sua maneira e com determinados limites. A maioria, no entanto, se convenceu ou foi convencida, como afirma Paulo Arantes, respondendo à questão sobre os conceitos que orientavam sua produção filosófica:

Bom, como se diz em assembleia, essa proposta [a produção filosófica nacional] está prejudicada. Não tenho reflexão filosófica própria e original e, portanto, não posso ter conceitos que orientem essa reflexão. Não é *coqueterie*, não estou fazendo charme ao dizer que nunca fiz Filosofia. Não posso nem dizer que pretendi fazer Filosofia porque, quando entrei na Faculdade, a primeira coisa que me disseram foi:

¹⁰ O que certamente é bem mais frutífero.

“Você não vai ser filósofo. Isso não existe. Filosofia não tem conteúdo e não é matéria transmissível. Esqueça isso. Você será um técnico em bibliografia filosófica”. Quem alimentava essa pretensão de ser filósofo era o pessoal da linha Tobias Barreto e Miguel Reale ou Vicente Ferreira da Silva, entre outras sumidades. (NOBRE; REGO, 2000, p. 354-355, grifos nossos).

Creio que a citação dispensa comentários. Mas, é bastante ilustrativa de algumas ideias que estou discutindo aqui. Fazer Filosofia é coisa para pretensiosos e parece que a atividade para a qual somos formados é a técnica em bibliografia filosófica.

É curioso perceber que a própria tradição europeia que reverenciamos tanto enaltece a criação e a produção contextualizada. Julio Cabrera ressalta em seu texto passagens sobre a autonomia e a produção de Filosofia presentes em alguns de nossos principais filósofos. Kant, inserindo a discussão sobre a autonomia (posta de maneira incisiva na *Resposta à pergunta: O que é o esclarecimento?*) e em uma pedagogia aplicável, afirma a respeito do professor: “[...] em suma, ele não deve ensinar pensamentos, mas a pensar; não se deve carregá-lo, mas guiá-lo, se quer que ele seja apto no futuro a caminhar por si próprio” (KANT, 1992, p. 174). Além disso, fica a recomendação kantiana de que devemos construir algo sobre os conteúdos filosóficos que foram apreendidos e entendidos, mas que esse é o começo da construção filosófica, e não o fim.

A apresentação do debate que relatei até aqui, na maioria descrições mais focadas na

produção e reprodução de pensamento filosófico no Brasil, não se restringem absolutamente à Filosofia. Parte significativa das ciências humanas, até por se fundarem nas teorias filosóficas e estarem dentro do mesmo jogo acadêmico, encaixam-se inúmeras vezes no mesmo perfil descrito acima. Que fazer diante desse quadro?

Epistemologias do Sul: repertório metodológico para enfrentar as tragédias que se anunciam

Pensar *desde* exige uma verdadeira revolução epistemológica e consequente tomada de posição do intelectual do Sul. Boaventura de Sousa Santos e um grande número de intelectuais de peso do Sul tematizaram nas últimas décadas essa revolução e elaboraram em diversas obras as bases para o que se denominou Epistemologias do Sul. Dentre outras coisas, tais epistemologias defendem que devemos ter como pressuposto para a produção do conhecimento uma relação *outra* dos ‘sujeitos que pesquisam’ com ‘o que é’ estudado, de forma que a pesquisa tenha sempre uma conotação ética (e, portanto, vínculo com o lugar onde tal conhecimento é produzido) e os valores culturais de quem produz e para quem se produz o conhecimento. Isso significa de antemão que as Epistemologias do Sul pressupõem um posicionamento teórico-político.¹¹ Não se trata apenas de novos conteúdos para serem assimilados e que permitam pensar os nossos problemas, ou novas teorias para serem produzidas, mas sim de repensar também nossos métodos e nossas técnicas de pesquisa e com-

11 Sabemos que todas as epistemologias implicam posicionamentos teóricos-políticos, mas isso nem sempre é enunciado.

preender a fundo o epistemicídio do qual somos vítimas. Logo, trata-se de fundar novas epistemologias.

Tudo aquilo que não é ciência, segundo os moldes estabelecidos pela tradição, e, portanto, fora dos formatos estabelecidos por critérios acadêmicos ocidentais, foi excluído do critério de cientificidade e validade para o conhecimento. Todas as qualidades necessárias à produção do conhecimento foram criadas pela própria forma de conhecimento vencedora: rigor, prova, métodos, validação, aplicação – em suma, o que é ou não verdade está decidido dentro desse campo. Aquilo que não se encaixou nesses parâmetros foi morto, eliminado, desqualificado. O processo de epistemicídio gerou um reducionismo epistemológico e de visão de mundo, nos deu uma visão unilateral de compreensão de nós mesmos e do outro. Grandes formas de saber do nosso continente foram exterminadas, e continuam sendo exterminadas, e o que restou para nós são teorias que, na maioria das vezes, favorecem nossa condição subalterna, teorias que favorecem o capitalismo, o colonialismo e o patriarcalismo. Essa tríade sustenta ainda as bases teóricas do pensamento na América Latina. As teorias que prevaleceram como verdade sobre o humano transmitem uma espécie de *racismo cultural* que se coloca a serviço de uma classe (burguesa), de um gênero (masculino), de uma etnia (branca) e de determinados países (potências do capitalismo), e que mata tudo aquilo que não é “espelho”.

As bases epistemológicas que ainda dão sustentação à verdade produzida entre nós construíram o nosso povo como *outro* estereotipado [inferior, selvagem, passional etc.] e nos legaram um conhecimento li-

mitado, parcial, esconderam-nos o mundo que é muito maior que a compreensão “ocidental” do mundo – uma perspectiva que não dá conta da diversidade ou da singularidade do mundo, não representa mundo –, e apresentaram a parte como se fosse o todo, o particular como se fosse universal.

Assumir as Epistemologias do Sul significa perguntar que recursos temos para não sucumbir às tragédias que se anunciam há muito tempo, mas que só com a perspectiva adequada podem ser vistas. Significa também assumir sem demagogias que é preciso combater, como diz Boaventura de Souza Santos, “o capitalismo sem fim, o colonialismo sem fim, o machismo e sexismo sem fim”. Criar teorias de emergências, de urgências, que escutem os povos ou todos aqueles que sofrem.

Para tanto, é necessário criar novos marcos conceituais e analíticos, e isso implica travar uma luta dentro da própria academia, dentro das próprias instituições que não permitem ou dificultam a produção do conhecimento original. Nossos currículos precisam passar por um processo drástico de descolonização, pois nossos sentidos e nossas representações precisam ser descolonizados. A luta implica criar e intensificar diálogos entre o conhecimento oral e escrito, entre os saberes acadêmicos e populares, desmonumentalizar o texto escrito (para que seja possível a crítica), iniciar um processo de valorização da autoria em vez da valorização exclusiva da autoridade, que é o que comumente fazemos.

A epistemologia vigente excluiu a luta dos povos de seus referenciais teóricos e metodológicos, criou incessantemente objetos, pautou sua produção na observação empírica de um sujeito em relação *aos seus*

objetos. As Epistemologias do Sul propõem criar ecologias do saber, cuja centralidade estará no conhecimento nascido na luta dos povos a partir da perspectiva de quem sofre e de onde se sofre; propõem que se pare de criar objetos e que se multipliquem sujeitos. Que em vez de observação, pautemos nossas produções na reciprocidade, que desenvolvamos nossa capacidade de escutar e não apenas de ouvir, o que propiciará uma horizontalidade para produção de conhecimento que é sempre transformador.

Bases epistemológicas do Sul carregam de maneira imanente um sentido geográfico para o pensamento: ‘de onde eu falo’ e ‘por que eu falo’ estão diretamente ligados ao ‘para quem eu falo’? A forma como eu penso e atuo nesse mundo permite a escrita de uma cartografia de lutas e saberes de onde estamos situados nessas lutas. Os lugares de lutas são políticos, culturais e também epistêmicos, a geografia não pode ser um assessorio na produção de conhecimento. Se assim for, continuaremos reproduzindo a dependência, a escravidão, a miséria.

Todo esse quadro vai tornando cada vez mais evidente que a universalidade é uma farsa epistêmica, afinal aquilo que é tomado como *universal* é só a representação de um povo sobre outro. Nada mais. O universal que as Epistemologias do Sul consideram é sempre um ‘universal situado’, tem limites bastante definidos e seu contorno é o de povos com experiências análogas. Todo conhecimento pode ser ao mesmo tempo global e local: conhecimentos que resolvem problemas pontuais de um povo podem ser intercambiáveis se os contextos forem análogos, mas sempre

serão conhecimentos parciais em relação aos outros conceitos e práticas oriundos de outras realidades.

A tomada de posição do pesquisador que pensa *desde* o Sul deve garantir o direito de todos à autoidentificação e à autovalidação dos conhecimentos a partir dos resultados alcançados, e não apenas a partir do caminho trilhado dentro de padrões reconhecidos e estipulados pela academia consagrada. Deve permitir que se revejam as geografias e as histórias, pois as geografias e histórias consagradas são muitas vezes simulações, relações de pessoas com o espaço que produzem representações e não dizem respeito a nós e sim a elas.

No intuito de não matar mais conhecimento, o pesquisador e a pesquisadora terão de combater o pensamento abismal – entre os que sabem e os que não sabem –, evitando assim mais fraturas epistêmicas que só nos levam ao erro, da mesma forma terão de quebrar os mitos (de raça, de superioridade de gênero, da racionalidade como determinação do que é o humano, de distinção ontológica entre um povo e o outro, entre uma classe e outra) e quebrar os novos mitos que foram e estão sendo criados na tentativa de inverter os anteriores e que acabaram criando novas formas de subalternização e distinção. A produção de conhecimento e pensamento *desde* a América Latina deve criar formas de construir novas representações de autodeterminação e autoidentificação, livrando-nos de uma semântica e de seu respectivo marco teórico, sempre dependentes de reconhecimento do que vem de fora.

Cada pesquisador tem a tarefa de identificar o imaginário social que coloca os latino-americanos em posição subalterna, e

isso deve ser feito dentro sua própria área de atuação; deve identificar os referenciais teóricos que têm fortalecido a visão distorcida de nós mesmos e como tais referenciais agem contra a vida. No entanto, fazer isso não implica silenciar nenhum conhecimento. Não se trata de instaurar um novo conhecimento que suplante o anterior dominador, mas sim de abrir perspectivas. Não se trata, portanto, de fazer uma descolonização conservadora e hierarquizante que negará todo e qualquer diálogo com a tradição europeia ou de outros povos, não se trata de cometer novos epistemicídios. Os avanços e saberes constituídos nas mais diversas áreas podem ser úteis nas mais diversas situações e para diversos povos, o ponto principal que se defende é de produção original de conhecimento.

Referências bibliográficas

- BONDY, Salazar. *Existe una filosofía de nuestra América?* México: Siglo XXI Editores, 1988.
- CABRERA, J. *Diário de um filósofo no Brasil*. Ijuí: Unijuí, 2013.
- DUSSEL, E. *1492 o encobrimento do outro – A origem do mito da modernidade*. São Paulo: Perseu Abramo, 1993.
- GOMES, Roberto. *Crítica da razão tupiniquim*. São Paulo: FTD, 2012.
- NOBRE, Marcos. *Conversas com filósofos brasileiros*. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.
- SOUZA, Jessé. *A tolice da inteligência brasileira*. Ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: Leya, 2015
- _____. *A elite do atraso, da escravidão à lava jato*. São Paulo: Leya, 2017.
- ZEA, *La filosofía americana como filosofía sin más*. 3. ed. México: Siglo XXI Editores, 1975.

Considerações finais

A reflexão que propus neste texto é um convite para um confronto com nossos hábitos acadêmicos mais arraigados e com a visão de mundo que nos cerca e prolonga nossa condição subalterna econômica e cultural. Os referenciais que apresentei ao longo do texto são de pensadores sul-americanos e também de uma Europa marginal que pôde, somente por isso, alargar perspectivas de conhecer e nos convidar a pensar com outras bases. Essas fontes teóricas já trafegam entre nós há muitas décadas, mas raramente foram escutadas. Nos últimos anos, a produção chamada descolonial, decolonial ou pós-colonial tem tomado nossas bibliotecas, nossos congressos, nossos textos e hoje já começa a trazer frutos para a produção do conhecimento entre nós.